

# Líderes na Câmara agem para reduzir cotas femininas

*Projeto prevê diminuir de 30% para 10% representação de mulheres em eleições; comissão também avalia fim de punições para partidos*

**(O Estado de S.Paulo, 24/07/2019 - acesse no site de origem)**

Com dificuldades para preencher **cotas de participação feminina em eleições**, líderes de partidos na **Câmara** discutem abrandar as regras para as eleições do ano que vem. Uma das ideias é reduzir de 30% para 10% o percentual mínimo obrigatório de candidatas mulheres a cargos no Legislativo. Outra proposta, já pronta para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), prevê o fim das punições às legendas que não cumprirem a cota.

Para valer em 2020, quando serão escolhidos novos vereadores em mais de cinco mil cidades do País, as medidas precisam ser aprovadas até o início de outubro – isso porque alterações nas regras eleitorais precisam ser feitas até um ano antes da votação.

A proposta mais avançada para abrandar as regras é justamente de uma mulher. A presidente do Podemos, deputada **Renata Abreu** (SP), quer o fim das punições aos partidos caso o número mínimo de candidatas na eleição não seja cumprido. A medida já teve parecer favorável da deputada **Bia Kicis** (PSL-DF) na CCJ.

O partido de Bia é alvo da **Operação Sufrágio Ostentação**, da Polícia Federal, que investiga o uso de mulheres como laranjas na disputa eleitoral do ano passado. A suspeita é de que o diretório de Minas Gerais da legenda tenha registrado candidatas apenas para justificar repasses do fundo eleitoral. O ministro do Turismo, **Marcelo Álvaro Antonio**, presidia o diretório mineiro à época – ele nega irregularidades.

Dos 24 candidatos que não receberam nem um único voto em 2018 – nem o próprio –, 21 eram mulheres. Destas, 17 não arrecadaram nem gastaram nada. **Na Câmara, a bancada passou de 51 para 77 deputadas**. Apesar do avanço, elas representam apenas 15% dos 584 parlamentares no Congresso Nacional.

“Queremos que os partidos mantenham a busca por candidaturas de cada gênero, mas que não sejam penalizados pelo quadro político que se apresentar em cada pleito”, afirmou Renata ao **Estado**.

Em maio, o Congresso já havia aprovado uma **anistia** para partidos que não cumpriram a exigência de investir ao menos 5% do **Fundo Partidário** na participação feminina na política. Na ocasião, o projeto foi relatado pelo deputado **Paulinho da Força** (SD-SP), líder da bancada do Solidariedade. Ele também defende a alteração nas regras para as próximas eleições.

‘**Laranjal**’. Segundo deputados do Novo, o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), afirmou em reunião na semana passada que pretende colocar propostas de reforma política em pauta após a volta do recesso parlamentar. Procurado nesta terça-feira, 23, ele não foi encontrado.

A proposta de reduzir o percentual mínimo de candidatas mulheres, em vigor desde a disputa de 2010, também é do **Podemos**. Autor do projeto, o líder do partido na Câmara, **José Nelto** (GO), justifica que a regra atual abre margem para fraudes. “Cada partido terá liberdade para definir seu percentual. A atual legislação favorece ao laranja. Se continuar assim, 2020 será um festival de laranja como nunca se viu”, afirmou.

Tanto essa como a proposta de acabar com a punição enfrenta resistência na bancada feminina. A líder da frente, a deputada **Professora Dorinha** (DEM-TO), considera “vergonhoso” a Câmara discutir as medidas. “É muito ruim. Em minha opinião, não pode prosperar. Vamos lutar até o final contra esse projeto”, disse a parlamentar.

**Sistema eleitoral.** Além da discussão sobre as mudanças nas regras para as mulheres, a ideia, de acordo com os presentes na reunião com Maia, é de a Câmara voltar a debater mudanças na forma de se eleger deputados e vereadores, com a implantação do sistema conhecido como **“distritão”**.

Atualmente, a eleição para o Legislativo se dá pelo sistema proporcional - ou seja, para ser eleito, o candidato depende não apenas dos votos que recebe, mas também dos votos recebidos pelo partido ou coligação. Os assentos parlamentares são distribuídos conforme essa votação partidária.

Pelo chamado “distritão”, os eleitos seriam aqueles deputados e vereadores com maior votação, a exemplo do que ocorre com prefeitos, governadores, senadores e presidente. A medida serviria de transição para um modelo de votação chamado **distrital misto**, quando parte das cadeiras nas assembleias e câmaras municipais, além da Câmara dos Deputados, seriam destinadas aos mais votados e a outra parte aos eleitos regionalmente nos distritos eleitorais.

“Estamos tentando fazer um acordo de transição para agradar gregos e troianos, aprovando o ‘distritão’ em 2020 e 2022 e, a partir de 2024, o distrital misto”, afirmou o líder do Podemos.

### **Representação de mulheres na Casa é de 15%**

Ainda que a participação feminina no Congresso seja hoje a maior da história, as mulheres ocupam 77 das 513 cadeiras disponíveis na Câmara dos Deputados - o equivalente a 15%. Na Legislatura anterior, esse percentual era de 9,5%.

Três Estados (Amazonas, Maranhão e Sergipe) não possuem nenhuma representante feminina em suas bancadas. Em outros sete Estados, há apenas uma representante do sexo feminino. Na Legislatura anterior, eram cinco os Estados sem nenhuma deputada e outros oito com apenas uma mulher como representante na Câmara.

Já os melhores índices de representatividade feminina são encontrados no Distrito Federal e Acre, que possuem cinco e quatro deputadas federais, respectivamente. Cada um tem direito a oito deputados. Ou seja, 65,5% das cadeiras da bancada do Distrito Federal são ocupadas por mulheres e, no Acre, a bancada é dividida.

Proporcionalmente, os dois Estados apresentaram o maior aumento da presença de mulheres nas bancadas federais em relação à Legislatura anterior: o DF aumentou de uma para cinco, enquanto no Acre a variação foi de uma para quatro. Já Tocantins, Pará, Ceará, Amazonas e Maranhão, diminuíram sua bancada feminina na Câmara.

No recorte por regiões, o Nordeste tem o pior índice: apenas 12 dos seus 151 assentos na Câmara são ocupados por mulheres - menos de 8%.

Centro-Oeste e Norte possuem as maiores porcentagens de presença feminina na Câmara: 24,3% e 23%, respectivamente. Sudeste e Sul apresentam, cada um, pouco menos de 16% de mulheres entre seus deputados federais.

*Por Renato Onofre e Camila Turtelli. Colaboraram Paulo Beraldo e Vinicius Passarelli, especial para O Estado.*

---

## [Bancada feminina tenta aprovar cota de mulheres no Legislativo](#)

*O Brasil ocupa a 152ª posição em relação ao percentual de parlamentares homens e mulheres na Câmara dos Deputados em um ranking de 190 países*

**[\(HuffPost Brasil, 19/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

De olho nas eleições municipais de 2020, a **bancada feminina** da Câmara dos Deputados quer aprovar nos próximos meses uma **cota para mulheres no Legislativo**. A mudança garantiria a presença de mais brasileiras nos cargos de vereador, deputado estadual e federal. Apesar de contrário à ideia, o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ) deve levar o tema para o plenário da Casa decidir.

A intenção é garantir 20% das vagas para elas — percentual que seria incluído na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 134/2016. O texto atual da proposta estabelece percentuais mínimos para cada gênero nas três esferas do Legislativo de forma temporária. Seriam 10% para próximo pleito, 12% para o seguinte e 16% no outro.

Hoje a bancada de 77 integrantes na Câmara equivale a 15% dos 513 deputados. É o maior patamar que o grupo já atingiu no Brasil, alcançado após o Judiciário estabelecer, em 2018, a obrigatoriedade de 30% do Fundo Eleitoral como valor mínimo de recursos para candidaturas femininas. Esse é o mesmo percentual da cota de candidaturas, em vigor desde 2009.

“Hoje há um debate interno da bancada [feminina] trabalhando com a ideia que mantenha os 30% mínimo de financiamento, mas em vez de ter 30% de candidaturas, ter 20%, no mínimo, de vagas efetivas. Hoje nós temos vários estados que não têm deputadas”, afirmou ao HuffPost Brasil a presidente da bancada, deputada **Professora Dorinha** (DEM-TO).

Aprovada pelo Senado, a PEC teve aval de uma comissão especial da Câmara em novembro de 2016 e aguardava para ser votada em plenário desde então.

Na reforma política de 2017, a bancada feminina, coordenada à época pela deputada Soraya Santos (PL-RJ), relatora da proposta, tentou avançar, mas o texto não chegou a ser votado. A parlamentar atualmente é a primeira secretária da Câmara e única mulher a ocupar um cargo na Mesa Diretora da Casa.

Tanto Soraya quanto Dorinha cobram de Maia a promessa de campanha que fez ao ser eleito presidente da Câmara em fevereiro. “Rodrigo Maia tinha um compromisso conosco quando foi candidato. Ele fez um acordo de pautar [a PEC das cotas] e era para ter pautado. Não pautou. Voltamos a falar com ele agora. Não estamos pedindo voto para ele. Queremos que ele paute porque a gente precisa votar. O que queremos é tratar em tempo para as eleições de 2020”, disse Dorinha.

De acordo com a deputada, há disposição para discutir o percentual que tenha mais consenso entre os partidos. “Estamos dispostas a construir [percentual], mas não queremos retrocesso”, afirmou. “A gente quer que paute para a gente fazer o trabalho com os líderes, partidos, na construção do possível. E cada partido também se assumir perante a sociedade, como ele enxerga a mulher”, completou Dorinha.

Em [entrevista ao HuffPost Brasil](#), Maia disse ser contra a cota de cadeiras para mulheres no Legislativo, mas disse que trabalharia para que a PEC fosse votada. Na avaliação do democrata, a medida causa uma distorção na representatividade política. “O número de eleitores dividido por 513 deve dar esse número que é o número [de eleitores] de cada vaga. Se você puxar demais, vai ter mulheres eleitas com poucos votos, então acaba gerando distorção na representação no Parlamento”, disse.

### **Lista fechada e mulheres na política**

Para o presidente da Câmara, uma solução mais efetiva seria a adoção da lista fechada. Nesse modelo, o eleitor vota no partido e não diretamente no candidato. Cabe às legendas estabelecer a ordem dos candidatos na lista para ocupar de fato as cadeiras no Legislativo.

Na reforma política de 2017, uma das medidas debatidas à época previa a inclusão de um político de gênero distinto em cada grupo de três na lista. Na época, a estimativa de consultores legislativos envolvidos no debate era de um aumento de 10% a 25% de mulheres no Parlamento, com base no número de cadeiras de cada legenda na composição da Câmara naquele momento.

O Brasil ocupa hoje a 152ª posição em relação ao percentual de parlamentares homens e mulheres na Câmara dos Deputados em um ranking de 190 países. O dado é monitorado pela Inter-Parliamentary Union - IPU.

### **Cota para mulheres na política é discutida no Senado**

No Senado, uma proposta para aumentar a participação feminina na política também pode avançar. O Projeto de Lei 2235/2019 pode ser votado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa nos próximos meses.

O texto prevê que ao menos 30% das vagas de deputado federal, estadual, distrital e vereador sejam destinadas a cada um dos gêneros. No Senado, nas eleições em que há renovação de dois terços da Casa, uma vaga seria para mulheres e outra para homens.

A relatora, senadora Rose de Freitas (Podemos-ES) vai acatar emenda do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) para preservar a cláusula de barreira nesse sistema. O PL estava na pauta da CCJ em julho, mas não chegou a ser votado. Se aprovado pelo colegiado, segue para o plenário do Senado antes de ir para Câmara.

### **Deputadas divergem sobre cotas**

Se por um lado há um esforço para ampliar a representatividade feminina nos cargos de poder, a forma de alcançar esse objetivo não é unanimidade entre elas. Presidente do Podemos, a deputada Renata Abreu (Podemos-SP) quer acabar com a obrigatoriedade de 30% de candidaturas delas e, conseqüentemente, de aplicação desse percentual mínimo de financiamento.

Na última semana, quando os esforços na Câmara estavam centrados na votação do primeiro turno da reforma da Previdência no plenário da Casa, a CCJ quase votou proposta de Abreu com esse objetivo.

Relatora do PL 2996/2019 e vice-presidente da comissão, deputada Beatriz Kicis (PSL-DF) é a favor da admissibilidade do texto. O texto não foi votado após pedido de vista coletivo, em 10 de julho.

Participante da articulação para evitar o avanço da medida, a deputada Talíria Petrone (PSol-RJ) acredita que assegurar a representatividade feminina na política é essencial para o avanço de alguns temas.

“Quando as mulheres não estão lá, questões específicas que vivenciamos são negligenciadas ou inviabilizadas. Somos maioria na lesão corporal dolosa, maioria quando se trata de estupro”, afirmou ao HuffPost. “É fundamental que tenha política pública afirmativa para corrigir essa desigualdade na ocupação desses espaços de decisão”, completou.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) também irá apresentar uma proposta para assegurar as conquistas atuais.

Na justificativa da proposta, a presidente do Podemos diz que “não é razoável supor que exista discriminação de gênero que impeça candidaturas femininas a ponto de precisar de medidas extremas como a existente na legislação atual”.

De acordo com o texto de Abreu, “existe certa dificuldade em dar uma resposta clara à questão, tendo em vista o fato de que a destinação obrigatória dos recursos para as mulheres não está explicitamente prevista em lei”. A deputada ressalta que partidos que não atingem a cota mínima estão sujeitos à sanção de terem indeferidas todas as candidaturas da agremiação ou coligação.

Ao HuffPost Brasil, a parlamentar afirmou que “há uma dificuldade cultural” para preencher as candidaturas e que a lei atual não resolve o problema de representatividade feminina. “A gente sabe a dificuldade é que convencer uma mulher a largar os filhos, largar o marido para ir para Brasília”, disse.

A favor da cota de, no mínimo, 20% de cadeiras para mulheres no Legislativo, Abreu disse que será feito um adendo ao projeto de lei. A sugestão é alterar o critério de distribuição do Fundo Partidário. Hoje os recursos são distribuídos de acordo com o total de votos da sigla para o cargo de deputado federal. Por exemplo, uma legenda que conquistou um milhão de votos

receberia R\$ 1 milhão.

A proposta da parlamentar é que os votos de mulheres computem em dobro para efeito desse repasse. De acordo com ela, a medida tem o aval do vice-procurador-geral eleitoral, Humberto Jacques.

### **Partidos não cumprem lei atual**

Ao estipular a obrigatoriedade dos 30% do Fundo Eleitoral para candidaturas femininas, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) não deixou claro como esses recursos deveriam ser contabilizados por partidos e coligações, nem se a distribuição incluiria tanto candidaturas proporcionais — deputadas estaduais, distritais e federais — quanto majoritárias — senadoras, governadoras e presidente —, além de vices e suplentes. Dessa forma, coube aos partidos decidir.

O Podemos é uma das siglas com dificuldades para cumprir a legislação atual, ainda que se considerem critérios abrangentes. Se forem incluídas chapas eleitorais em 2018 em que a vice ou suplente é mulher, a legenda não teria destinado 30% a candidaturas femininas, de acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A pesquisa revela também a dificuldade dos partidos em cumprir a cota de candidaturas. Apesar de ser obrigatória desde 2009, foi cumprida pela primeira vez em 2018.

Ao analisar, contudo, as coligações, o cenário é diferente. A norma não foi cumprida em 44 das 316 coligações. Além disso, 8 partidos (PSD, PROS, PCB, DEM, Podemos, Solidariedade, Rede e PMN) não cumpriram com a cota globalmente, isolados de suas coligações. Apenas o Novo atingiu o índice sem depender de outras siglas.

Presidente da bancada feminina, Dorinha reconhece os obstáculos, mas destaca o objetivo dessas iniciativas. “Algumas deputadas alegam que, no formato que está, ainda mais agora sem coligação, se a gente não tiver mulheres que queiram se candidatar, isso derruba a candidatura de um homem. É verdade, mas o objetivo da cota é esse: estimular, motivar que você incentive quem tem fragilidade”, afirmou.

Caso o Congresso aprove algum recuo sobre o tema, a deputada afirmou que os direitos atuais serão garantidos pela Justiça. “Se passar um projeto dessa natureza [que reduza incentivos a mulheres na política], no outro dia nós estamos no Supremo e eles derrubam porque existe o princípio do não retrocesso. Nós estamos num processo de avanço em relação à presença de mulher nos espaços políticos dos municípios, dos estados e do Congresso”, conclui.

*Por Marcella Fernandes*

---

## **Bolsonaro sanciona projeto que anistia partidos que não investiram mínimo**

# [exigido em candidaturas femininas](#)

*Texto também beneficia diretórios municipais que não prestaram contas de acordo com a legislação*

**[\(O Globo, 17/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta sexta-feira um projeto que isenta partidos de punições por determinadas infrações da legislação eleitoral, como não investir o mínimo exigido de recursos na promoção de participação da mulher na política. Também são beneficiados diretórios municipais que não prestaram contas de acordo com a legislação.

O texto estabelece que diretórios municipais de partidos que não tenham movimentado recursos ou arrecadado dinheiro não precisam prestar contas à Justiça Eleitoral, e isenta siglas que foram consideradas inativas por esse motivo de pagarem uma taxa para Receita Federal reativar seu CNPJ. A estimativa do impacto dessa medida varia entre R\$ 20 milhões e R\$ 70 milhões.

***Leia mais:*** [Em nota, comissões classificam como retrocesso a anistia a partidos políticos que não se comprometem com participação feminina \(OAB, 19/05/2019\)](#)

A proposta também determina que as legendas não podem ter suas contas rejeitadas por não terem investido o mínimo exigido na promoção de participação feminina. Eventual punição só poderá acontecer a partir deste ano. O projeto dá um prazo até 2020 para os que tiverem esses recursos ainda em caixa possam empregá-los com esse fim.

O projeto garante a autonomia dos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos de integrantes de diretórios. Além disso, estabelece que o mandato das comissões provisórias pode ter até oito anos. Além disso, o texto determina que as responsabilidades civil e criminal por eventuais irregularidades são do dirigente partidário à época dos fatos, e que o partido não pode ser impedido de receber recursos do fundo partidário por isso.

Bolsonaro vetou apenas um artigo, que anistiava as cobranças que tenham sido determinadas por doações ou contribuições eleitorais realizadas por servidores públicos que exerçam função ou cargo de livre nomeação, desde que eles sejam filiados a partidos.

*Daniel Gullino*

---

## [A violência com motivação política contra LGBTs agora em dados, por Giuliana](#)

# Bianconi

*Falta de dados públicos naturalizam a negação de direitos*

[\(Época, 22/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A população LGBT+ não é quantificada no Brasil. Além de somente em 2010 ter ocorrido a primeira pesquisa de alcance nacional que abriu espaço para a autodeclaração da orientação sexual (o Censo do IBGE) — ao indagar aos entrevistados se o cônjuge era do mesmo sexo —, naquela ocasião ainda não fora contemplada qualquer pergunta que tratasse de identidade de gênero. Existe uma lacuna nas pesquisas demográficas e populacionais quanto a isso. Mas não apenas nelas. Desconhece-se, por exemplo, o número de pessoas LGBT+ que têm acesso a bolsas de pesquisa concedidas por agências de fomento da ciência. Desconhece-se também a quanto chega a diferença salarial entre pessoas travestis ou trans e pessoas heterossexuais empregadas no mercado formal. São números não contemplados nas bases de dados públicas, em pesquisas científicas ou de mercado.

[Veja a pesquisa completa aqui](#)

A falta de dados como esses invisibiliza, para a população geral, os desafios de ser LGBT+ no Brasil, o que de certa forma contribui para naturalizar a negação a alguns direitos. É sabido, por exemplo, que muitas pessoas trans se recusam a realizar exames de saúde ou irem a consultas médicas por terem receio de não serem chamadas pelo nome social. É sabido também que, por outro lado, há uma atuação forte de organizações ativistas que trabalham para visibilizar as causas mais urgentes relacionadas a essa população e garantir os direitos já conquistados. Mas em 2018, no período eleitoral, ficou evidente que existia um cenário de violação de direitos grave, e era verborrágico, bem diferente das nuances que podem passar despercebidas no dia a dia de quem não sente na pele as opressões pela orientação sexual ou identidade de gênero. Relatos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e trans sobre agressões verbais, físicas e outros tipos de violência passaram a ser frequentes em redes sociais ou na imprensa. Eram muitos relatos, em diferentes regiões do país. Elas contavam que estavam sendo vítima de discurso de ódio e relatavam que havia motivação política, uma vez que era comum os agressores invocarem o nome do então presidencial Jair Bolsonaro ao fazer ameaças que iam da promessa da “extinção das lésbicas” ao “vai morrer, viado”. “Bolsonaro presidente” vinha em seguida. Na Gênero e Número, onde acompanhamos atentamente com nossas equipes de pesquisa e de jornalismo as questões relacionadas a gênero, percebemos que os relatos de violência eram constantemente desqualificados por apoiadores do candidato Jair Bolsonaro, que viria a se eleger presidente. Ao mesmo tempo que grupos adeptos dos discursos de ódio usavam dessa estratégia para radicalizar a polarização político-ideológica, havia uma narrativa, também política, que buscava negar as evidências que relacionassem os discursos de campanha de Bolsonaro ao ambiente de ameaças e violências às minorias, como os LGBTs+.

Para compreender melhor esse cenário antes que ele se dissipasse historicamente, realizamos a pesquisa “Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral”, buscando registrar a percepção da população LGBT sobre o que de fato ocorreu no período eleitoral e também no período imediatamente após as eleições. Em janeiro, uma equipe de pesquisadores — coordenada pelo antropólogo Lucas Bulgarelli — foi às ruas do Rio de Janeiro, de São Paulo



e Salvador para ouvir 400 pessoas. Mais da metade (51%) dos entrevistados disse ter sofrido violência. Entre os que relatam ter sido alvo, a maioria sofreu violência verbal. Tratamento discriminatório e assédio moral vêm logo em seguida. Quando se olha para resultados a partir de grupos específicos que compõem a sigla LGBTQ+, essa resposta pode mudar. Entre as mulheres lésbicas, o assédio moral foi mais citado do que a violência verbal. Todos os grupos, porém, tiveram alto percentual de afirmação quando responderam se havia sido percebido (pelos entrevistados) um aumento de violência contra seu grupo, especificamente, durante as eleições de 2018. Dos gays ouvidos, 75% disseram que sim. Entre as lésbicas, 76%. Esse foi o mesmo percentual de travestis, mulheres trans e homens trans que compartilharam dessa opinião. No grupo de bissexuais, o único em que menos da metade concorda que sim, foram 49% os que tiveram essa percepção.

De acordo com a pesquisa, essas violências foram perpetradas, no maioria dos casos, por desconhecidos. No questionário de múltipla escolha, em que mais de uma alternativa podia ser selecionada, desconhecidos correspondem a 86% das respostas quando pergunta-se quem era o agressor. Em seguida, integrante de partido ou de grupo político foi a resposta mais citada (44%), e na sequência parente ou familiar (34%). A pesquisa também aponta como essas pessoas que relatam ter sofrido violência reagiram diante da situação de ameaça ou de violação. Chama a atenção que a busca por medidas institucionais, seja na Justiça ou em delegacias, é a menos citada entre as tomadas pelos entrevistados: 63% reagiram verbalmente ou textualmente, 22% correram ou se esconderam, 16% disseram ter solicitado ajuda para pessoas que presenciaram, 7% reagiram fisicamente, enquanto 6% registraram boletim de ocorrência (a soma não resulta em 100% porque era possível escolher mais de uma opção).

No eixo que aborda violência nas redes sociais, há resultados interessantes. O que mais se destaca, por se aproximar da unanimidade entre os respondentes, diz respeito justamente ao que era uma das questões centrais a serem respondidas pela pesquisa: a percepção da relação entre o discurso de ódio e o aumento de violência contra LGBTQs ao discurso das candidaturas de extrema direita. Ao serem questionadas se “O discurso promovido por candidaturas contrárias aos direitos das pessoas LGBTQ+ contribuiu para o aumento da violência direcionada a esta população nas redes sociais”, o índice de concordância obtido foi de 98,5% do total de pessoas LGBTQ+ entrevistadas. Dessas, 93% concordaram totalmente e 5,5% concordaram em parte. Todos os dados da pesquisa, assim como relatório completo, [estão disponíveis on-line](#).

*Giuliana Bianconi é diretora da Gênero e Número, organização de mídia que atua na intersecção entre pesquisa, jornalismo de dados e debate sobre gênero e direitos das mulheres.*

---

## **Mais da metade dos LGBTQ diz ter sofrido violência desde as eleições**

*Agressões são verbais e físicas; lésbicas e trans são os mais afetados*

**(Folha de S.Paulo, 20/03/2019 - acesse no site de origem)**

Existe uma escalada de violência contra a população LGBT no Brasil desde o período eleitoral do ano passado.

É esta a percepção de 92,5% de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros entrevistados na pesquisa inédita “Violência LGBT+ no período eleitoral e pós-eleitoral”, conduzida pela organização de mídia Gênero e Número e financiada pela Fundação Ford.

Mais da metade dos entrevistados (51%) afirmou ter sofrido algum tipo de violência motivada por sua orientação sexual ou identidade de gênero desde as eleições do ano passado.

“O objetivo da pesquisa era entender como o discurso de ódio, disseminado a partir das eleições, foi percebido pelas pessoas LGBT, e se havia ocorrido uma escalada na violência contra essa população a partir de sua percepção”, explica Giulliana Bianconi, diretora da Gênero e Número.

Segundo ela, o período eleitoral coincide com um aumento do engajamento político da população LGBT, com evidências que vão desde o aumento de candidatos pertencentes a essas minorias no último pleito até o tema político eleito para a Parada do Orgulho LGBT de 2018.

“Este ambiente precisava receber o aporte de dados para qualificar seu debate”, diz ela. A pesquisa da Gênero e Número apontou que, entre as pessoas LGBT entrevistadas que foram alvo de agressões, 94% foram vítimas de violência verbal e 13%, de violência física.

Ao investigar tanto orientação sexual quanto identidade de gênero, ficou evidente quais grupos são os mais vulneráveis: lésbicas e pessoas cuja identidade de gênero não corresponde àquela de nascimento.

“Apesar de sub-representadas na amostra, 76% das travestis, mulheres trans e homens trans que responderam à pesquisa consideraram que a violência contra eles aumentou muito durante as eleições de 2018”, afirma o antropólogo e coordenador da pesquisa, Lucas Bulgarelli.

“A violência contra pessoas LGBT no Brasil já é grande e cotidiana”, diz ele. “Mas houve um crescimento nas denúncias de organizações LGBT a partir do período eleitoral, quando debates morais, com conteúdo de gênero e sexualidade, foram privilegiados.”

Segundo Bulgarelli, boa parte das denúncias surgiram atreladas “a gestos e maneirismos identificados com a campanha do presidente Jair Bolsonaro” (PSL), como o gesto de armas com as mãos. “Nosso objetivo foi colocar números numa violência que foi muito disputada durante as campanhas.”

Toni Reis, presidente da Aliança Nacional LGBTI, confirma que houve uma explosão de denúncias de violência LGBTfóbica a partir do primeiro turno. “Foi uma loucura. Parece que a homofobia e a transfobia saíram do armário e vieram para as ruas.”

De acordo com Julio Cardia, o ex-coordenador de Promoção dos Direitos LGBT, do Ministério de Direitos Humanos, o Disque 100 recebeu, em outubro no ano passado, 272% mais denúncias de violência LGBTfóbica do que no mesmo período do ano anterior. Foram 330 casos em outubro de 2018 contra 131 no mesmo mês de 2017. Os dados constam de relatório enviado pela coordenadoria para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Os locais apontados pelos entrevistados como de ocorrência dessas agressões foram as ruas e os espaços públicos (83%), os comércios e serviços públicos (46%), e os ambientes familiares (38,5%).

Entre os que sofreram violência, 44% apontou ter sido agredido por alguém desconhecido, enquanto 16% diz ter sido agredido por parentes ou familiares.

O estudo entrevistou 400 pessoas LGBT em São Paulo, Rio e Salvador. Na ausência de dados estatísticos oficiais sobre orientação sexual ou de gênero da população brasileira, não é possível inferir se as informações são representativas do total desse segmento.

A pesquisa aponta ainda as reações daqueles que foram agredidos diante das diferentes violências a que estiveram submetidos.

Enquanto 63% reagiram verbalmente à agressão, 22% fugiram ou se esconderam, 16% buscaram ajuda e 7% reagiram fisicamente, entre outras reações (cada indivíduo pode ter tido uma ou mais reações).

Para Giulliana Bianconi, da Gênero e Número, o dado é indicativo de que essa comunidade hoje está fortalecida. “Existe um ambiente articulado politicamente entre as pessoas LGBTs que possibilita uma interação entre quem está interessado em reivindicar direitos e denunciar violações.”

*Fernanda Mena*

---

## **Suspeitas de desvios na cota de gênero refletem baixa representatividade feminina na política, apontam especialistas**

*Brasil ocupa a 133ª posição em ranking mundial de representatividade feminina na Câmara dos Deputados. No Senado, dos 54 senadores eleitos em 2018, apenas 7 são mulheres*

**(O Globo, 19/03/2019 - acesse no site de origem)**

Mais de cinco décadas distanciam Josete Martins Ramos, de 76 anos, e Danielle Alves, de 17. A estudante nunca votou, diferente da bancária aposentada, que lembra com boa memória candidatos de eleições passadas. Um pensamento, no entanto, aproxima as duas: faltam mulheres na política brasileira.

A última vez que Josete foi às urnas para votar em uma candidata foi em 2002, quando votou em uma deputada federal. Apesar de reconhecer a falta de representatividade feminina, ela diz que o gênero não faz diferença na hora do voto.

— Precisa ser capaz de exercer o cargo. Se for bem preparado, não importa se é homem ou mulher — opina.

Já Danielle acabou perdendo o prazo de emissão do título de eleitor no ano passado após completar 16 anos. Jovem negra, a estudante acredita que faz toda diferença se uma parlamentar é mulher.

— É preciso que haja mulheres ocupando esses espaços, porque só mulheres sabem o que mulheres passam. Como negra, sinto uma falta de representatividade muito grande. Nossas pautas acabam não sendo colocadas em debate — comenta.

A falta de representatividade sentida não apenas pelas duas, mas por outras tantas mulheres, tenta ser contornada por mecanismos que existem há mais de 20 anos na legislação brasileira. As primeiras cotas de gênero foram criadas entre 1995 e 1997, e pela última edição, obrigam que no mínimo 30% das candidaturas de cada partido ou coligação sejam preenchidas por mulheres. No ano passado, por decisão do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, esse mesmo mínimo percentual deve ser reservado dos Fundos Eleitoral e Partidário para financiar candidaturas femininas.

No entanto, casos recentes levantaram suspeitas de que mulheres foram usadas nas eleições do ano passado como 'laranjas' — candidatas de fachada, que teriam entrado na corrida eleitoral apenas para que partidos atingissem o percentual mínimo, e os recursos, destinados por lei ao financiamento das candidaturas femininas, desviados para outros fins, inclusive para candidatos homens.

Para Luciana Lóssio, ex-ministra do TSE e presidente da Comissão de Direito Eleitoral do Instituto dos Advogados do Brasil, as suspeitas de desvio de verba de financiamento esbarram diretamente na falta de representatividade feminina, e poderiam ser evitadas com a presença de mulheres ocupando cargos nas diretorias e tesourarias dos partidos.

— Não vemos mais do que os 30% exigidos por lei de mulheres sendo candidatas porque os partidos não estão abrindo as portas, não estão possibilitando que as mulheres se lancem candidatas com as reais condições de concorrer. Com democracia intrapartidária, teríamos mulheres ocupando espaços de decisão, participando da divisão do dinheiro do financiamento de campanha, e muitos desvios como esses poderiam ser evitados — diz a ex-ministra.

Professora de Ciência Política da UnB, a professora Flávia Biroli afirma que com [projetos de lei como o do senador Angelo Coronel \(PSD-BA\), que pretende acabar com a cota de gênero](#), promove-se a visão equivocada de que mulheres não querem participar dos debates políticos.

— Mulheres participam de conselhos, protestos, são filiadas a partidos, mas encontram dificuldades para candidatar-se e para eleger-se. Os partidos são estruturas de poder historicamente masculinas, e as lideranças partidárias têm grande poder no Brasil. E nesse ponto, o financiamento público eleitoral aumenta seu poder: elas definem para quais candidaturas irá o recurso — diz.

### **País avança pouco em representatividade**

De um total de 193 países, o Brasil ocupa a 133ª posição no ranking mundial de representatividade feminina na Câmara dos Deputados, atrás de países como a Arábia Saudita,

onde as mulheres só foram autorizadas a dirigir no ano passado, e só podem trabalhar ou abrir uma empresa ou conta bancária com a permissão de um homem. A informação é produzida pelo organismo internacional Inter-Parliamentary Union, e revela o quão distante o país está do cenário ideal de proporcionalidade em relação ao número de mulheres na população – segundo a projeção do IBGE para este ano, 51% da população brasileira é feminina.

Com as eleições de 2018, o número de deputadas federais aumentou 49% em relação ao último pleito, passando de 51 para 76 parlamentares eleitas. No Senado Federal, onde o primeiro banheiro feminino só foi construído em 2016, mais de 50 anos depois da inauguração do Congresso Nacional, o panorama é o mesmo desde 2010, ano em que ocorreram às últimas eleições de 2/3 da casa: dos 54 senadores, apenas 7 mulheres foram eleitas. Em três estados, não houve nenhuma candidatura feminina para o Senado.

Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades do Instituto de Ciência Política da Unb, a professora Biroli defende que a solução mais adequada para aumentar a presença de mulheres na política seria a reserva de assentos.

— A legislação que temos é uma medida mínima e sua efetividade depende de fiscalização. Sou a favor de uma lei de paridade que reserve 50% dos assentos nos legislativos nacional, estadual e local para mulheres. Assim teríamos, de fato, uma democracia que se organiza pelo princípio de igual oportunidade de participação — avalia Biroli, que também defende que a medida seja adotada pelos partidos — Democratizar os partidos políticos seria muito importante, assim mais mulheres participariam das decisões sobre candidaturas e financiamento, sobre o programa do partido, sua identidade pública e as visões sobre o país que ela promove — explica.

A deputada federal Sâmia Bonfim (PSOL-SP) apresentou um projeto de lei para garantir às mulheres 50% das vagas em câmaras de vereadores, assembleias legislativas, Câmara dos Deputados e Senado. A proposta foi batizada de Marielle Franco.

— Há muitas mulheres que poderiam estar nesses espaços de poder, mas não estão porque as estruturas políticas brasileiras não favorecem a nossa participação política. Se tiver cota dentro do parlamento, os partidos políticos e a sociedade vão ter que se adaptar, investir em candidaturas femininas, garantir que elas apareçam na televisão, tenham cultura e formação política para competir em igualdade de condições com os homens — defende a parlamentar.

Reeleita para seu segundo mandato, a deputada federal Rosângela Gomes (PRB-RJ) segue o mesmo raciocínio de Bonfim e Biroli. Para ela, o número de mulheres no Legislativo brasileiro é insuficiente e a reserva de assentos nos parlamentos é o caminho que deve ser seguido.

— Faz toda a diferença um parlamento ser equilibrado. Não há democracia sem isso. Com um número semelhante de homens e mulheres, a democracia estará completamente enriquecida — opina.

Rosângela Gomes foi a única mulher eleita para a Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu em 2000. Defendendo pautas que se relacionam diretamente ao cotidiano das mulheres, como o combate ao câncer de mama e investimentos em creches, ela lembra de ser hostilizada e de ouvir que aquele “não era lugar de mulher”. Na atual legislatura na cidade da Baixada Fluminense, apenas uma mulher, Renata da Telemensagem (PTC), é vereadora na casa, ao lado de 16 homens.

A reserva de assentos no Legislativo também é defendida por Luciana Lóssio, que acredita que a paridade de gênero se trata de uma questão de direitos humanos.

— Metade da humanidade é feminina, e assegurar o direito das mulheres de serem representadas é um implemento do direito humano de uma minoria que historicamente foi renegada e ocupava um papel secundário. Hoje não há mais espaço para isso — afirma a ex-ministra.

*Leticia Lopes, estagiária sob supervisão de Maiá Menezes.*

---

## **Candidatas negras e pardas receberam menos verbas de partidos do que as brancas**

*O dado é de um levantamento realizado pela Procuradoria Regional Eleitoral em SP*

**(Folha de S.Paulo, 07/01/2019 - acesse no site de origem)**

Candidatas negras e pardas em São Paulo receberam proporcionalmente menos verbas dos [fundos partidários e eleitoral](#) em comparação com as brancas.

### **MENOS**

O dado é de um levantamento realizado pela Procuradoria Regional Eleitoral em SP sobre candidaturas femininas nas eleições deste ano.

### **MAIS**

Segundo o estudo, 30% das candidatas a deputada federal por SP eram negras e pardas, mas só 11% das verbas destinadas às postulantes a esse cargo foram para elas. Já no caso das deputadas estaduais, negras e pardas foram 28% das concorrentes, mas só receberam 14% das verbas.

---

## **Mesmo com fundo específico para mulheres, eleição teve candidatas iludidas**

*Relatório do Ministério Público mostra que partidos prometeram recursos, mas concentraram verba*

## [\(Folha de S.Paulo, 19/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A obrigação dos partidos de [destinar 30% da verba do fundo eleitoral](#) para candidaturas femininas, novidade na eleição de 2018, não foi suficiente para garantir às mulheres condições de competitividade na disputa.

Segundo a Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo, os partidos atraíram mulheres interessadas em se candidatar com a promessa desse recurso público e, no entanto, as candidatas [muitas vezes não receberam verba suficiente](#) e apoio estratégico das siglas.

“Surgiram as candidatas iludidas, que no meu modo de ver são candidatas laranja porque são abandonadas”, afirma à **Folha** a promotora de Justiça Vera Lúcia Taberti, responsável por identificar fraudes nas candidaturas femininas em São Paulo desde a eleição passada.

Um dos principais problemas, segundo Taberti, foi o direcionamento da verba reservada às mulheres para determinadas candidatas. “Isso vai de encontro à política afirmativa de cotas de gênero, feita justamente para que essa cota chegasse a todas as mulheres, de modo a garantir que as pessoas menos abastadas conseguissem ter uma chance”, diz.

A promotora afirma que tomará providências contra os partidos e coligações que enganaram mulheres, o que pode levar a punições como cassação, inelegibilidade e multa.

“Os partidos fizeram reuniões com as mulheres dizendo que [antes não tinha dinheiro](#), mas agora era diferente. Elas acreditaram que teriam chance real de campanha digna, estrutura, pessoal, divulgação”, disse Taberti.

“Depois do registro da candidatura, começam as decepções. Canaliza-se verba em algumas candidatas e as outras não recebem verba suficiente nem para distribuir material. Sobrou uma porção de material, é um desperdício de dinheiro público”, completou.

Taberti aponta, por exemplo, que Marlene Campos Machado (PTB), ex-mulher do deputado estadual Campos Machado, recebeu R\$ 2,05 milhões de verba pública destinada pelo partido, enquanto outras candidatas a deputada federal tiveram que dividir pouco mais de R\$ 500 mil.

A presidente do Podemos, Renata Abreu, teve R\$ 2,03 milhões investidos pelo partido e se elegeu. As demais candidatas a deputada federal dividiram verba de quase R\$ 900 mil.

“É normal que haja um direcionamento de verba para quem tem mais chance de eleição, mas é preciso garantir a mínima condição de campanha para as demais”, afirma a promotora. Não há regras que definam como deve ser feita a distribuição dos 30% entre as mulheres.

A **Folha** buscou o PTB e o Podemos para comentar a distribuição da verba, mas os partidos não enviaram respostas.

Outros [empecilhos às mulheres](#) identificados pela promotora foram falta de experiência com planejamento de campanha, falta de participação no horário eleitoral e falta de apoio dos partidos em fornecer instruções e estrutura para que as mulheres alcançassem eleitores.

“Os partidos não investem em educação política eleitoral. Muitas candidatas não sabem nada, eu que tenho que explicar”, diz Taberti. Houve candidatas ameaçadas pelos partidos para não procurarem o Ministério Público.

Algumas candidatas relataram à promotora terem contraído dívidas para fazer campanha na expectativa de serem ressarcidas pelos partidos, o que não ocorreu.

Em outros casos, os partidos declaravam gastos de campanha que não foram de fato consumidos pelas candidatas, o que ensejará investigação. As candidatas, por sua vez, não tinham autonomia e assinavam a prestação equivocada sob pressão.

A promotora listou as candidatas a deputada federal que obtiveram menos de cem votos. Os partidos com maior incidência de casos assim foram PRTB e PTC. Em relação às candidatas a deputada estadual, foram Avante, PRP, Pode e DC.

No caso das candidatas a deputada federal, 53,6% eram novatas. Entre as candidatas a deputada estadual, 52,6% nunca haviam participado de eleição.

Taberti também vê [avanços na participação feminina](#). Na Assembleia Legislativa de São Paulo, por exemplo, o número de mulheres eleitas passou de 10 para 18.

Em 2016, ela entrevistou uma série de candidatas laranja, ou seja, que sequer sabiam que disputavam a eleição e foram registradas pelos partidos apenas para [cumprir a cota obrigatória de 30% de mulheres na coligação](#). Decisões recentes na Justiça já levaram à cassação de chapas eleitas devido ao descumprimento da cota ou ao uso de laranjas.

Já neste ano, Taberti foi procurada espontaneamente por mulheres para denunciar falta de oportunidades dentro dos partidos. A promotora vê uma conscientização crescente entre as mulheres de que muitas vezes são usadas pelas siglas como cabos eleitorais ou para cumprir a cota de gênero.

“As mulheres não querem ser laranjas, não querem ser número, querem ter chances reais, ter o direito de conseguir entrar na política”, diz.

*Carolina Linhares*

---

## **Número recorde de mulheres é eleito nos Estados Unidos**

*Ao todo, 118 mulheres foram eleitas; na Câmara, elas, que até então ocupavam 84 assentos, conquistaram 98 das 435 cadeiras*

**(O Globo, 07/11/2018 - acesse no site de origem)**

As eleições legislativas dos Estados Unidos levaram um recorde de mulheres eleitas aos postos de governo do país. Segundo resultados divulgados ao longo desta quarta-feira, ao menos 118 mulheres foram eleitas. Entre elas elas, 42 são negras e três são LGBTQ.

Com a apuração ainda em andamento nesta quarta-feira, sabe-se que as mulheres até o



momento conquistaram 98 das 435 cadeiras da Câmara, mais do que as 84 que ocupavam antes das eleições de ontem. No Senado, ao menos 12 mulheres venceram, o que elevará o número delas na Casa para 22, segundo o Centro para a Mulher e a Política, da Universidade Rutgers. Para os cargos de governador, elas venceram em nove estados (antes eram seis).

Segundo a ABC News, o pleito também foi histórico para as candidatas de primeira viagem - algumas conseguiram conquistar cadeiras das mãos dos republicanos e ajudaram os democratas a retomar a maioria na Câmara. A vitória de mulheres ainda incrementou a diversidade no Legislativo americano, com as primeiras representantes muçulmanas e indígenas.

A rede americana CNN, que estimou a vitória de pelo menos 96 mulheres para a Câmara, projeta que cerca de um terço deste número deve ficar com candidatas que concorreram pela primeira vez. Já a ABC News destaca que 101 candidatas devem ser eleitas - 86 democratas e 15 republicanas. Até esta terça-feira, o patamar de representação feminina nos EUA era inferior ao de todas as nações europeias e menor que em muitos países latinos (México incluído) e muçulmanos (como a Arábia Saudita e Emirados Árabes).

Em sintonia com o recorde de mulheres eleitas, o pleito teve o maior número de candidatas a vagas na Câmara e no Senado. Foram 237 postulantes à Câmara (contra 167 em 2017) e 23 ao Senado, que renovou 35 de suas cadeiras (em 2012, o recorde, haviam sido 18). Até esta terça-feira, as mulheres detinham 23 vagas no Senado. As projeções indicam que 12 devem ser eleitas para esta Casa nas eleições 2018 - mas boa parte delas era candidata à reeleição.

Grupo historicamente atuante nas eleições, a participação feminina foi impulsionada por pelo menos três grandes questões nacionais: o movimento #Metoo contra o assédio, a visão de que o governo Trump é machista e o número recorde de mulheres candidatas em todo o país. A recente aprovação do nome de Brett Kavanaugh, indicado pelo presidente para a Suprema Corte mesmo acusado de assédio sexual, ajudou ainda mais no engajamento feminino.

As mulheres representaram em 2018 29% dos concorrentes à Câmara e 32% ao Senado. Em 1998, foram 131 candidatas no total, e em 1948, apenas 48. Nos estados, seis mulheres servem como governadoras, enquanto dez candidatas disputavam Executivos estaduais nesta terça-feira. O recorde foi de nove políticas à frente dos estados, em 2004.

Os americanos elegeram nesta terça-feira as duas primeiras deputadas federais muçulmanas, ambas democratas. Ilhan Omar representará o estado de Minnesota e Rashida Tlaib, Michigan. Omar, de origem somali, chegou aos Estados Unidos há duas décadas como refugiada e também é a primeira representante federal negra do estado de Minnesota. Ela vai ocupar a cadeira que era do republicano Keith Ellison, o primeiro muçulmano eleito para o Congresso, que decidiu concorrer para a Advocacia Geral de Minnesota este ano. Já Tlaib vai ocupar a cadeira antes ocupada pelo democrata John Conyers, que deixou o cargo no ano passado em meio a denúncias de assédio sexual. Ambas tiveram mais de 70% dos votos em seus distritos (no sistema eleitoral americano, cada uma das 435 cadeiras da Câmara corresponde a um distrito).

Uma das estrelas que emergiram neste ano na política americana, Alexandria Ocasio-Cortez, da ala esquerda do Partido Democrata e de origem porto-riquenha, venceu no 14º distrito de Nova York. Alexandria pertence aos Socialistas Democráticos, agrupamento inspirado na social-democracia europeia que defende saúde e educação públicas e gratuitas e o fim da polícia de fronteiras. Alexandria e outra democrata, Abby Finkenauer, eleita por Iowa, se

tornaram as mais jovens deputadas eleitas no país — ambas têm 29 anos.

Os americanos também elegeram Sharice Davids e Debra Haaland. Ambas serão as primeiras congressistas americanas de origem indígena. Davids, membro da Nação Ho-Chunk, também seria o primeiro membro LGBTQ do Congresso eleito pelo estado do Kansas. Haaland é democrata do Novo México e membro da tribo Pueblo of Laguna.

Os eleitores do Texas escolheram, pela primeira vez, duas mulheres hispânicas para a Câmara dos Deputados. Veronica Escobar, por exemplo, tomou a cadeira do distrito de El Paso de Beto O'Rourke, que não se elegeu ao Senado.

A republicana Marsha Blackburn será a primeira representante mulher do Tennessee no Senado após vencer o ex-governador democrata Phil Bredesen. A conservadora atuava na Câmara dos Representantes desde 2003 e apostou em seu vínculo com o presidente Donald Trump para impulsionar a campanha. O chefe da Casa Branca esteve no estado três vezes durante a corrida eleitoral.

No Arizona, embora não haja definição da disputa, é certo que haverá a primeira senadora mulher. A democrata Kyrsten Sinema enfrenta a republicana Martha McSally pelo cargo que pertencia ao republicano Jeff Flake. Ele decidiu não se lançar à reeleição este ano.

A republicana Kristi Noem será a primeira governadora de South Dakota depois de derrotar o democrata Billie Sutton. Por outro lado, a democrata Christine Hallquist foi derrotada na disputa pelo governo de Vermont. Se vencesse, seria a primeira governadora transgênero do país.

---

## **Mulheres perderam espaço na disputa por cargos majoritários em 2018, por Flávia Oliveira**

Com a confirmação da vitória de Fátima Bezerra (PT-RN), o país só terá uma governadora no período 2019-2022. Também no ciclo que chega ao fim em dezembro somente uma mulher, Suely Campos (PP-RR), assumiu um estado.

**(O Globo, 29/10/2018 - acesse no site de origem)**

Em 2014, três candidatas à Presidência - Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (então no PSD) e Luciana Genro (PSOL) somaram 67 milhões de votos no primeiro turno, segundo estudo do demógrafo José Eustáquio Alves. Este ano, Marina Silva (Rede) e Vera Lúcia (PSTU) somaram 1,2 milhão. Dessa vez, mulheres assumiram papéis secundários. Manuela D'Ávila (PCdoB), Ana Amélia (PP), Kátia Abreu (PDT) e Sonia Guajajara (PSOL) foram vice das chapas encabeçadas por homens.

Se perderam espaço na disputa por cargos majoritários, avançaram nas eleições proporcionais. Para o Senado, foram eleitas sete, tal como em 2010, quando também houve eleição para dois terços da casa. O país elegeu 77 deputadas federais, 26 a mais que há quatro anos. No Distrito Federal, cinco dos oito eleitos são mulheres. As 247 mulheres eleitas senadoras, deputadas federais, estaduais e distritais, segundo a revista "Gênero e Número", receberam 28 milhões de votos.